

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2690920420200417104335

Processo 0828543-70.2019.8.23.0010 ☆ - (218 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

40 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 40

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
40	17/04/2020 10:43:35	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020)	Procurador
40.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2646507IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf Público			
39	17/04/2020 00:00:56	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ROSENI MELO DE SOUZA) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020) e ao evento de expedição seq. 36.	SISTEMA CNJ
38	12/04/2020 01:03:52	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020) e ao evento de expedição seq. 37.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
37	06/04/2020 10:21:51	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
36	06/04/2020 10:21:51	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ROSENI MELO DE SOUZA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE LAUDO (06/04/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
35	06/04/2020 10:21:29	JUNTADA DE LAUDO	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
34	01/04/2020 08:37:04	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito PEDRO DI GIOVANNI) em 04/05/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 30) LEITURA DE MANDADO REALIZADA (03/02/2020) e ao evento de expedição seq. 33.	PEDRO DI GIOVANNI Perito
33	23/03/2020 19:10:49	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito PEDRO DI GIOVANNI com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento LEITURA DE MANDADO REALIZADA (03/02/2020)	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
32	08/02/2020 00:06:49	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 22.	SISTEMA CNJ
31	03/02/2020 16:29:26	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)	WANDERLEI SILVA RIBEIRO Advogado
30	03/02/2020 13:25:04	LEITURA DE MANDADO REALIZADA MANDADO lido em 03/02/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 24) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/01/2020 10:32:41). Parte: ROSENI MELO DE SOUZA	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
29	03/02/2020 12:18:36	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 24) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (31/01/2020 10:32:41). Parte: ROSENI MELO DE SOUZA	SOCRATES COSTA BEZERRA Oficial de Justiça
28	02/02/2020 11:30:45	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ROSENI MELO DE SOUZA) em 03/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 23.	WANDERLEI SILVA RIBEIRO Advogado
27	31/01/2020 16:33:14	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 24) em 31/01/2020 10:32:41. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: SOCRATES COSTA BEZERRA. Parte: ROSENI MELO DE SOUZA	Greiciane Jin Servidora Central de Mandados
26	31/01/2020 11:18:59	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 10/05/2020 (100 dias)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
25	31/01/2020 10:47:34	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 31/01/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020) e ao evento de expedição seq. 22.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
24	31/01/2020 10:32:41	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO(30/01/2020 13:53:21). Natureza: Intimação. Parte: ROSENI MELO DE SOUZA. Identificador do Cumprimento: 0004	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
23	30/01/2020 13:53:23	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ROSENI MELO DE SOUZA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
22	30/01/2020 13:53:23	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 21) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (30/01/2020)	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
21	30/01/2020 13:53:21	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO	Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária
20	29/11/2019 16:54:07	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
19	26/11/2019 14:43:02	RENÚNCIA DE PRAZO DE ROSENI MELO DE SOUZA Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (06/11/2019)	WANDERLEI SILVA RIBEIRO Advogado
18	18/11/2019 10:26:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08285437020198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSENI MELO DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois não apurada qualquer limitação do seguimento.

verifica-se clara divergência no que diz respeito à existência de lesão indenizável.

Ocorre que, o perito administrativo, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Caso superas as teses de defesa, mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Dessa forma, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 16 de abril de 2020.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”